



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.861-B, DE 2015 **(Do Sr. Luiz Lauro Filho)**

Cria a Política Nacional de Combate à Dengue, a Chikungunya e à febre Zika; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação deste e da Emenda apresentada na Comissão, com substitutivo (relator: DEP. JORGE SOLLA); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária deste, da Emenda apresentada e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, e da Emenda apresentada na Comissão (relator: DEP. HILDO ROCHA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Seguridade Social e Família:

- Emenda apresentada
- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Emenda apresentada
- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O CONGRESSO NACIONAL decreta,

Art. 1º - A Política Nacional de Combate à Dengue tem por objetivo estabelecer e assegurar mecanismos que proporcionem condições para que se combata a dengue, a Chikungunya e a Febre Zika.

Art. 2º - Para efeitos desta lei, considera-se Política Nacional de Combate à Dengue as iniciativas individuais ou coletivas e multidisciplinares voltadas à saúde e ao saneamento básico do cidadão.

Art. 3º A Política Nacional de Combate à Dengue reger-se-á pelos seguintes fundamentos:

I - A sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao cidadão todos os direitos ao exercício de sua cidadania, a começar pela saúde, bem-estar e direito à vida;

II - Ao cidadão destinatário das ações a serem efetivadas através desta política, serão beneficiárias, preferencialmente, mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

III - A execução da Política Nacional de Combate à Dengue, será responsabilidade dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, a partir de regulamentação do Poder Executivo Federal.

Art. 4º A Política Nacional de Combate à Dengue obedecerá as seguintes diretrizes:

I - incentivo à pesquisa científica que compreenda o combate à transmissão, proliferação e extinção do Ciclo da Dengue, seus vetores e transmissores;

II - priorização na elaboração de campanhas de conscientização junto aos entes federados e suas administrações visando ao combate à Dengue, Chikungunya e à febre Zika;

III - descentralização político-administrativa com estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os

aspectos de saúde pública e saneamento básico;

IV - implementação de sistema de informações que permita a divulgação desta Política, projetos e programas em cada nível de governo;

V - os governos, por seus entes, deverão disponibilizar meios de recepção de denúncias, por telefone ou pela internet, sobre existência de suposto foco de mosquitos ou proliferação de transmissores ou vetores da dengue, Chikungunya e febre Zika;

Art. 5º À União, por intermédio do Ministério da Saúde, compete:

I - criar grupo interministerial e multidisciplinar responsável por coordenar as ações relativas à Política Nacional de Combate à Dengue;

II - participar na formulação, acompanhamento e avaliação desta política;

III - promover as articulações intraministeriais e interministeriais necessárias à implementação da Política Nacional de Combate à Dengue e sua divulgação;

Parágrafo único. Os ministérios das áreas de saúde, educação e comunicação devem elaborar proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, visando ao financiamento de programas nacionais e campanhas de conscientização compatíveis com a Política Nacional de Combate à Dengue.

Art. 6º - Na implantação da Política Nacional de Combate à Dengue caberá ao proprietário e/ou o possuidor, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, não utilizados ou subutilizados, a obrigação de mantê-los limpos e fechados de modo a impedir a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*.

§1º - Igual responsabilidade recai sobre as Pessoas Jurídicas de Direito Público, que deverão manter limpos os bens públicos que lhe pertençam, bem como os bens particulares cujo uso é do Poder Público em razão de convênios, contratos, ou assemelhados.

Art. 7º - O Poder Público, por meio de seus agentes públicos, poderá ingressar nos bens imóveis que apresentem risco potencial de propiciar a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, com fins de avaliá-lo e, se for o caso, promover a dedetização e/ou determinar ao proprietário/possuidor que se promova a devida limpeza ou ação de combate.

Parágrafo único: A pessoa investida em caráter ou função de agente público ou servidor público deverá se identificar ao proprietário/possuidor, apresentando-lhe a sua identificação funcional ou autorização para tal e, se for o caso, informar o telefone da

secretaria/orgão onde está lotado com fins de que se possa averiguar a veracidade das informações acerca da identificação do agente.

Art. 8º - Sendo o imóvel de responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e constatando-se que ele apresenta criadouros do mosquito *Aedes Aegypti* o seu proprietário/possuidor será notificado para executar as devidas manutenções e limpezas no prazo nunca superior a 48 (quarenta e oito) horas.

§1º - Se não atendida a notificação, ou em caso de reincidência, ao proprietário/possuidor será aplicada multa no valor de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por metro quadrado.

§2º - Ao menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos da multa prevista neste artigo deverá ser investido nos programas de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*.

Art. 9º - O proprietário/possuidor que impedir o acesso ao imóvel, nos termos previstos no artigo 7º, estará sujeito a multa prevista no artigo anterior.

Art. 10º - Os recursos financeiros necessários para a execução da Política Nacional de Combate à Dengue, a Chikungunya e à febre Zika, das ações afetas às áreas de competência dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais serão consignados em seus respectivos orçamentos.

Art. 11º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 12º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

Temos visto, ano após ano, o crescente número de casos de dengue em todo o país. Cresce, também, os casos de Chikungunya e, mais recentemente, fomos surpreendidos com mais uma doença em nosso país, a Febre Zika.

Tais doenças tem em comum o fato de serem transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*, de modo que é correto afirmar que o combate a essas doenças passa diretamente pela

eliminação dos criadouros desse mosquito.

É certo, também, que a responsabilidade pelo combate ao mosquito é de todos, ou seja, dos órgãos públicos e da população de um modo geral.

Em que pese a responsabilidade seja solidária, a dengue gera um grande problema de saúde pública que, por sua vez, é responsabilidade exclusiva do Estado.

Dessa forma, na qualidade de Legisladores, é nosso dever buscar formas de contribuir com o combate à Dengue a partir da propositura de projetos de lei como o que aqui se apresenta.

Nesse sentido e considerando que infelizmente muitas pessoas proíbem que agentes de saúde atuem no interior de seus imóveis, a presente proposta busca dotar os municípios de poderes para adentrar em imóveis que apresentem risco potencial de propiciar a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, bem como estabelece uma série de regramentos que, juntos, formam uma política nacional de combate à Dengue, a Chikungunya e à febre Zika.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 2015.

Luiz Lauro Filho
Deputado Federal – PSB/SP

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI nº1.861/2015 QUE “CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE À DENGUE, A CHIKUNGUNYA E À FEBRE ZIKA”. **(Do Senhor Flavinho)**

Art. 1º - A redação do parágrafo 1º, do artigo 8º, do Projeto de Lei 1.861/2015, passa a ter a seguinte redação:

Art. 8º.....

§1º - Se não atendida a notificação, ou em caso de reincidência, ao proprietário/possuidor será aplicada multa em valor a ser estipulado pelos municípios, progressivamente, cujo montante não poderá ser inferior a 50% do valor anual do IPTU do imóvel.

JUSTIFICAÇÃO

Tem a presente emenda a intenção de modificar a finalidade da multa anteriormente prevista. A saber: busca-se com esta emenda dar caráter educativo à multa, ao passo que a torna mais leve do que a anteriormente disposta.

Acredita-se que, assim, com o caráter educativo da multa, a Política Nacional de Combate à Dengue, à Chikungunya e à febre ZiKa atingirá sua finalidade de forma mais eficaz.

Pretende-se, portanto, com a presente Emenda, que a proposta alcance com efetividade aquilo a que se propõe que é o combate ostensivo à essas doenças que tanto preocupam o Brasil.

Sala das Reuniões, 01 de julho de 2015.

FLAVINHO
Deputado Federal – PSB/SP

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.861, de 2015, cria a Política Nacional de Combate à Dengue, à Chikungunya e à Febre Zika. O art. 2º do projeto determina que as iniciativas individuais ou coletivas, multidisciplinares, voltadas à saúde e ao saneamento básico do cidadão, consideram-se parte da política nacional. Ademais, o art. 3º esclarece quais são os fundamentos que regerão a Política Nacional. O art. 4º, por sua vez, estabelece quais são as suas diretrizes.

Do art. 5º constam as atribuições a serem executadas pela União, por intermédio do Ministério da Saúde. Já o art. 6º traz as obrigações atinentes ao proprietário ou ao possuidor de imóveis. O art. 7º franqueia acesso dos agentes públicos nos bens imóveis que apresentem risco potencial de propiciar a proliferação do mosquito transmissor das doenças, para fins de avaliação, mas garante que o agente deverá, se for o caso, fornecer elementos de identificação para conferência da veracidade das informações prestadas.

O art. 8º detalha o procedimento de notificação e aplicação de multas de descumprimento, em caso de constatação da existência de criadouros do mosquito em propriedades, e o art. 9º estende a aplicação da multa do artigo anterior em caso de impedimento de acesso aos imóveis fiscalizados.

O art. 10º estabelece a fonte orçamentária dos recursos financeiros necessários à execução da Política e, por fim, o art. 11 determina ao Poder Executivo a obrigação de regulamentação da lei.

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), das Comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (para análise da adequação financeira e orçamentária) e Constituição e Justiça e de Cidadania (para apreciação da constitucionalidade e juridicidade).

Nesta Comissão, foi apresentada, nos termos do art. 119, I, do RICD, uma emenda à matéria, de autoria do Senhor Deputado Flavinho.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) a apreciação, quanto ao mérito, no que tange ao direito à saúde e ao sistema público de saúde, do Projeto de Lei nº 1.861, de 2015, do Deputado Luiz Lauro Filho.

Conforme o Ministério da Saúde, a dengue, transmitida pela picada do mosquito *Aedes aegypti* infectado, é uma doença viral cuja incidência aumentou 30 vezes nos últimos 50 anos. No Brasil, ainda de acordo com o órgão, a transmissão vem ocorrendo de forma continuada desde 1986, com a introdução de novos sorotipos ou alteração do sorotipo predominante (circulam, hoje em dia, no País, quatro sorotipos da doença). O surto mais marcante da doença ocorreu em 2013, com aproximadamente 2 milhões de casos notificados.

Esse mesmo Ministério informa que a febre de chikungunya é uma enfermidade viral de letalidade inferior à da dengue, também transmitida por mosquitos do gênero *Aedes*, sendo o *Aedes aegypti* e o *Aedes albopictus* os principais vetores. Ademais, enfatiza que existe a possibilidade de ocorrência de epidemias da moléstia no Brasil, devido à alta densidade do vetor, à presença de indivíduos susceptíveis e à intensa circulação de pessoas em áreas endêmicas.

Acerca da febre zika, o Ministério da Saúde alerta que se trata de uma doença viral aguda, transmitida por mosquitos (inclusive o *Aedes aegypti*), que apresenta evolução benigna, com desaparecimento dos sintomas de 3 a 7 dias. Em maio deste ano, confirmou-se a circulação do vírus no Brasil, por meio de detecção de casos na Bahia e no Rio Grande do Norte.

O Projeto de Lei em análise visa a estabelecer e assegurar mecanismos que proporcionem condições para o combate da dengue, da febre de chikungunya e da febre zika, por meio de iniciativas multidisciplinares voltadas à melhoria do saneamento básico. Para tanto, institui fundamentos e traça diretrizes, bem como cria obrigações aos proprietários dos imóveis onde possa haver focos dos mosquitos transmissores da doença e lhes fixa penalidades, em caso de descumprimento.

Do ponto de vista da saúde pública, o projeto é meritório, pois visa ao controle da dengue, que, de acordo com estimativas do Ministério da Saúde, provavelmente atingiu cerca de 1.350.406 pessoas de janeiro a agosto deste ano, e, em 2013, causou 235 óbitos; da febre de chikungunya, que teve, de janeiro a início de agosto deste ano 9.084 casos suspeitos autóctones notificados; e da febre zika, que começou a circular no País neste ano. No entanto, há ajustes técnicos que precisam ser efetuados no corpo da proposição.

Inicialmente, elucidamos, com base no trabalho “Limites da Iniciativa Parlamentar sobre Políticas Públicas – uma proposta de releitura do art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal”, de João Trindade Cavalcante Filho, que o Poder Legislativo tem a prerrogativa constitucional de concretizar os direitos fundamentais sociais. Dessa maneira, pode formular políticas públicas, desde que respeitados determinados parâmetros constitucionais. Segundo o autor, “o que não se admite é que, por iniciativa parlamentar, se promova o redesenho de órgãos do Executivo, ou a criação de novas atribuições (ou mesmo de novos órgãos). Do mesmo modo, é inadmissível que o legislador edite meras leis autorizativas, ou, ainda, que invada o espaço constitucionalmente delimitado para o exercício da função administrativa (reserva de administração)”.

Ao analisarmos o texto deste Projeto, percebemos que ele formula uma política pública em sentido estrito e coordena a atuação de diversos setores do Poder Público, detalhando, especificando e ampliando a efetividade da luta contra a dengue, a febre de chikungunya e a febre zika. Isso ocorre em consonância com a ideia segundo a qual ao Poder Legislativo é dada a atribuição de aprovar leis que orientem e possibilitem a atuação dos demais poderes em defesa da saúde.

No entanto, o art. 5º da proposição criou competências para o Ministério da Saúde – órgão do Poder Executivo. De acordo com o art. 61, § 1º, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a iniciativa de lei que trate de atribuições e competências de órgãos da administração pública (categoria que abarca o Ministério

da Saúde) somente pode ser do Chefe do Executivo. Quando o Poder Legislativo invade tal seara, atenta contra a independência dos poderes, princípio insculpido no art. 2º da CF/1988. Por isso, efetuamos um pequeno reparo no substitutivo que oferecemos ao final deste parecer, para melhor adequá-lo às regras constitucionais.

No art. 11 do projeto encontramos impropriedade semelhante. Esse dispositivo propõe uma regra que contraria o princípio da independência dos poderes ao criar para o Poder Executivo a obrigação de regulamentar a lei no prazo de sessenta dias após a sua aprovação. Não cabe ao Poder Legislativo determinar obrigações previamente estabelecidas na Constituição Federal ao Poder Executivo, sob pena de ingerência imprópria. Por isso, nós o suprimimos do substitutivo que oferecemos.

Enfatizamos, no entanto, que, apesar de estarmos propondo essas mudanças desde já, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania também vai avaliar esta proposição, minuciosamente, nas questões ligadas à sua constitucionalidade e à sua técnica legislativa.

Continuando a análise do projeto, informamos que existe, atualmente, o Programa Nacional de Controle da Dengue. De iniciativa do Poder Executivo, foi instituído em 24 de julho de 2002, com os objetivos de reduzir a infestação pelo *Aedes aegypti*; reduzir a incidência da dengue; e reduzir a letalidade por febre hemorrágica de dengue.

Os programas públicos, de acordo com definição bastante sintética, estabelecem objetivos gerais e específicos focados em determinado tema – como o controle da dengue. São, dessa maneira, instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Assim, embora já exista o Programa Nacional de Controle da Dengue, a criação de uma política pública mais ampla, por meio de lei, é uma medida pertinente e adequada para alcançar os objetivos de redução dessa epidemia. O programa já existente dará subsídios para a implantação bem sucedida da política a ser criada pela lei porventura aprovada.

Se isso não bastasse, é preciso ressaltar que o escopo da política proposta pelo projeto de lei é mais amplo do que o do programa já existente, pois também engloba o controle da febre de chikungunya e da febre zika. Dessa forma, a aprovação da política proposta neste projeto trará ainda mais instrumentos para o controle da dessas doenças no País.

Outra mudança que se fez pertinente para o aprimoramento da proposição foi a adequação da terminologia utilizada para designar uma das doenças contidas na sua ementa. Esta mencionou que a Política Nacional referia-se ao combate da dengue, da chikungunya e da febre zika. Porém, a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – CID 10), publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde, denomina essa segunda doença como febre de chikungunya. Por isso, fizemos a devida alteração na ementa.

Ainda no que tange a referências, embora a ementa enumere as três doenças como objetos da Política Nacional de Combate, os artigos da proposição mencionam apenas a dengue. Isso também nos levou a fazer alterações, para dar mais coerência ao texto legal.

Ademais, informamos que foram efetuados ajustes na multa a ser aplicada em caso de descumprimento de notificação e na destinação dos recursos auferidos. Enfatizamos que o estabelecimento, em lei, de valores pecuniários a multas não é a medida adequada, do ponto de vista da técnica legislativa. Para a consecução desse objetivo, é mais recomendado fixar um parâmetro de aplicação (por exemplo, 50% do valor do IPTU) ou deixar abertura para a fixação de valores por norma infralegal. Nesse contexto, é preciso esclarecer que as regras infralegais, veiculadas por meio de resoluções, portarias e outros instrumentos semelhantes, geralmente contam com um nível de detalhamento técnico altíssimo, a que não poderia chegar uma lei que, por definição, trata dos assuntos de forma mais genérica e abstrata.

Isso ocorre, porque a natureza do processo de produção legislativa é diferenciada. Para a aprovação de uma lei, é preciso que se siga todo um trâmite regimental que, por vezes, ocorre de maneira lenta. Por isso, quando o assunto a ser analisado demanda modificações constantes, pela possibilidade de obsolescência do tratamento, é interessante que se utilize de normas infralegais, cuja alteração é mais célere.

Sabe-se que o tempo de tramitação de uma lei pode ser muito longo. Caso este projeto seja convertido em lei em alguns anos, o valor atribuído à multa já poderá estar, desde então, desatualizado. Por isso, na sugestão de parecer enviada, acatamos a Emenda Modificativa nº 1, de 2015, oferecida pelo Senhor Deputado Flavinho, que nos pareceu ajustada, ao estabelecer que o montante da

multa a ser aplicada seja estipulado pelos municípios, progressivamente, com valor não inferior a 50% do IPTU do imóvel.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.861, de 2015, e da Emenda Modificativa nº 1, de 2015, nos termos do substitutivo que apresento anexo.

Sala da Comissão, em 10 de setembro de 2015.

Deputado JORGE SOLLÁ
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.861, DE 2015

Cria a Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika tem por objetivo estabelecer e assegurar mecanismos que proporcionem condições para o combate a estas doenças.

Art. 2º Para efeitos desta lei, a Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika compreende as iniciativas individuais ou coletivas e multidisciplinares voltadas à saúde e ao saneamento básico.

Art. 3º A Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika reger-se-á pelos seguintes fundamentos:

I - a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao cidadão todos os direitos ao exercício de sua cidadania, a começar pela saúde, bem-estar e direito à vida;

II - ao cidadão destinatário das ações a serem efetivadas através desta política, serão beneficiárias, preferencialmente, mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

III - a execução da Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika será responsabilidade dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, a partir de regulamentação do Poder Executivo Federal.

Art. 4º A Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika obedecerá as seguintes diretrizes:

I - incentivo à pesquisa científica que compreenda o combate à transmissão, proliferação e extinção do ciclo da Dengue, seus vetores e transmissores;

II - priorização na elaboração de campanhas de conscientização junto aos entes federados e suas administrações visando ao combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika;

III - descentralização político-administrativa com estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos de saúde pública e saneamento básico;

IV - implementação de sistema de informações que permita a divulgação desta Política, projetos e programas em cada nível de governo;

V - os governos, por seus entes, deverão disponibilizar meios de recepção de denúncias, por telefone ou pela internet, sobre existência de suposto foco de mosquitos ou proliferação de transmissores ou vetores da Dengue, Febre de Chikungunya e Febre Zika;

Art. 5º Regulamento do Poder Executivo Federal, por meio do Ministério da Saúde, trará as regras infralegais necessárias para o cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika.

Art. 6º Na implantação da Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika caberá ao proprietário e/ou o possuidor, a qualquer título, de imóveis, edificadas ou não, não utilizados ou subutilizados, a obrigação de mantê-los limpos e fechados de modo a impedir a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

§1º Igual responsabilidade recai sobre as Pessoas Jurídicas de Direito Público, que deverão manter limpos os bens públicos que lhes pertençam, bem como os bens particulares cujo uso é do Poder Público em razão de convênios, contratos ou assemelhados.

Art. 7º O Poder Público, por meio de seus agentes públicos, poderá ingressar nos bens imóveis que apresentem risco potencial de propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, com fins de avaliá-lo e, se for o caso,

promover a dedetização e/ou determinar ao proprietário/possuidor que se promova a devida limpeza ou ação de combate.

Parágrafo único. A pessoa investida em caráter ou função de agente público ou servidor público deverá se identificar ao proprietário/possuidor, apresentando-lhe a sua identificação funcional ou autorização para tal e, se for o caso, informar o telefone da secretaria/órgão onde está lotado, com fins de que se possa averiguar a veracidade das informações acerca da identificação do agente.

Art. 8º Sendo o imóvel de responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, inclusive aqueles ocupados apenas por um período do ano, e constatando-se que ele apresenta criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, o seu proprietário/possuidor será notificado para executar as devidas manutenções e limpezas no prazo nunca superior a 48 (quarenta e oito) horas.

§1º Se não atendida a notificação, ou em caso de reincidência, ao proprietário/possuidor será aplicada multa em valor a ser estipulado pelos municípios ou Distrito Federal, progressivamente, cujo montante não poderá ser inferior a 50% do valor anual do IPTU do imóvel.

§2º Ao menos cinquenta por cento dos recursos oriundos da multa prevista neste artigo deverão ser investidos nos programas de combate ao mosquito **Aedes aegypti** no respectivo município ou Distrito Federal.

§3º A arrecadação da multa prevista no §1º é de responsabilidade do respectivo município ou Distrito Federal.

Art. 9º O proprietário/possuidor que impedir o acesso ao imóvel, nos termos previstos no artigo 7º, estará sujeito a multa prevista no artigo anterior.

Art. 10º Os recursos financeiros necessários para a execução da Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika, das ações afetas às áreas de competência dos governos do Distrito Federal e dos municípios, serão consignados em seus respectivos orçamentos.

Art. 11º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala da Comissão, em 10 de setembro de 2015.

Deputado JORGE SOLLA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 1.861/2015, e a Emenda 1/2015 da CSSF, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Jorge Solla.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Antonio Brito - Presidente, Alexandre Serfiotis e Darcísio Perondi - Vice-Presidentes, Adelmo Carneiro Leão, Adelson Barreto, Assis Carvalho, Benedita da Silva, Carlos Gomes, Carlos Manato, Carmen Zanotto, Célio Silveira, Chico D'Angelo, Conceição Sampaio, Diego Garcia, Dr. João, Dr. Jorge Silva, Dr. Sinval Malheiros, Eduardo Barbosa, Fábio Mitidieri, Geraldo Resende, Jean Wyllys, Jhonatan de Jesus, Jorge Solla, Laura Carneiro, Leandre, Mandetta, Marcelo Belinati, Marcus Pestana, Mário Heringer, Miguel Lombardi, Odorico Monteiro, Osmar Terra, Paulo Foletto, Pompeo de Mattos, Roney Nemer, Rosangela Gomes, Shéridan, Toninho Pinheiro, Arnaldo Faria de Sá, Danilo Forte, Erika Kokay, Flavinho, Heitor Schuch, Josi Nunes, Júlia Marinho, Luiz Carlos Busato, Raquel Muniz, Rômulo Gouveia, Ságua Moraes, Silas Câmara, Sóstenes Cavalcante e Vinicius Carvalho.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 2015.

Deputado ANTONIO BRITO
Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO PROJETO DE LEI Nº 1.861, DE 2015

Cria a Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika tem por objetivo estabelecer e assegurar mecanismos que proporcionem condições para o combate a estas doenças.

Art. 2º Para efeitos desta lei, a Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika compreende as iniciativas individuais ou coletivas e multidisciplinares voltadas à saúde e ao saneamento básico.

Art. 3º A Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika reger-se-á pelos seguintes fundamentos:

I - a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao cidadão todos os direitos ao exercício de sua cidadania, a começar pela saúde, bem-estar e direito à vida;

II - ao cidadão destinatário das ações a serem efetivadas através desta política, serão beneficiárias, preferencialmente, mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

III - a execução da Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika será responsabilidade dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, a partir de regulamentação do Poder Executivo Federal.

Art. 4º A Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika obedecerá as seguintes diretrizes:

I - incentivo à pesquisa científica que compreenda o combate à transmissão, proliferação e extinção do ciclo da Dengue, seus vetores e transmissores;

II - priorização na elaboração de campanhas de conscientização junto aos entes federados e suas administrações visando ao combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika;

III - descentralização político-administrativa com estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos de saúde pública e saneamento básico;

IV - implementação de sistema de informações que permita a divulgação desta Política, projetos e programas em cada nível de governo;

V - os governos, por seus entes, deverão disponibilizar meios de recepção de denúncias, por telefone ou pela internet, sobre existência de suposto foco de mosquitos ou proliferação de transmissores ou vetores da Dengue, Febre de Chikungunya e Febre Zika;

Art. 5º Regulamento do Poder Executivo Federal, por meio do Ministério da Saúde, trará as regras infralegais necessárias para o cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika.

Art. 6º Na implantação da Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika caberá ao proprietário e/ou o possuidor, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, não utilizados ou subutilizados, a obrigação de mantê-los limpos e fechados de modo a impedir a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

§1º Igual responsabilidade recai sobre as Pessoas Jurídicas de Direito Público, que deverão manter limpos os bens públicos que lhes pertençam, bem como os bens particulares cujo uso é do Poder Público em razão de convênios, contratos ou assemelhados.

Art. 7º O Poder Público, por meio de seus agentes públicos, poderá ingressar nos bens imóveis que apresentem risco potencial de propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, com fins de avaliá-lo e, se for o caso, promover a dedetização e/ou determinar ao proprietário/possuidor que se promova a devida limpeza ou ação de combate.

Parágrafo único. A pessoa investida em caráter ou função de agente público ou servidor público deverá se identificar ao proprietário/possuidor, apresentando-lhe a sua identificação funcional ou autorização para tal e, se for o caso, informar o telefone da secretaria/órgão onde está lotado, com fins de que se possa averiguar a veracidade das informações acerca da identificação do agente.

Art. 8º Sendo o imóvel de responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, inclusive aqueles ocupados apenas por um período do ano, e constatando-se que ele apresenta criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, o seu proprietário/possuidor será notificado para executar as devidas manutenções e limpezas no prazo nunca superior a 48 (quarenta e oito) horas.

§1º Se não atendida a notificação, ou em caso de reincidência, ao proprietário/possuidor será aplicada multa em valor a ser estipulado pelos municípios ou Distrito Federal, progressivamente, cujo montante não poderá ser inferior a 50% do valor anual do IPTU do imóvel.

§2º Ao menos cinquenta por cento dos recursos oriundos da multa prevista neste artigo deverão ser investidos nos programas de combate ao mosquito **Aedes aegypti** no respectivo município ou Distrito Federal.

§3º A arrecadação da multa prevista no §1º é de responsabilidade do respectivo município ou Distrito Federal.

Art. 9º O proprietário/possuidor que impedir o acesso ao imóvel, nos termos previstos no artigo 7º, estará sujeito a multa prevista no artigo anterior.

Art. 10º Os recursos financeiros necessários para a execução da Política Nacional de Combate à Dengue, à Febre de Chikungunya e à Febre Zika, das ações afetas às áreas de competência dos governos do Distrito Federal e dos municípios, serão consignados em seus respectivos orçamentos.

Art. 11º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala da Comissão, em 09 de dezembro de 2015.

Deputado **ANTONIO BRITO**
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
EMENDA SUBSTITUTIVA AO PL 1861/2015, QUE “CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE À DENGUE, A CHIKUNGUNYA E À FEBRE ZIKA” – Nº 1/2016

(Do Senhor Jorge Solla)

Art. 1º. O Art. 10º do PL 1861/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10º Os recursos financeiros necessários para a execução da Política Nacional de Combate à Dengue, a Chikungunya e à febre Zika, das ações afetas às áreas de competência dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municípios serão consignados em seus respectivos orçamentos.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que as ações de Saúde são compartilhadas pelas três esferas de Governo, inclusive no âmbito da Vigilância em Saúde, entendemos por bem restabelecer a redação original do Art. 10º do PL 1861/2015.

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2016.

Deputado **JORGE SOLLÁ**

I. RELATÓRIO

A proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Luiz Lauro Filho, cria a Política Nacional de Combate à Dengue, à Chikungunya e à Febre Zika. O Art. 2º do projeto determina que as iniciativas individuais ou coletivas, multidisciplinares, voltadas à saúde e ao saneamento básico do cidadão, consideram-se parte da política nacional. Ademais, o art. 3º esclarece quais são os fundamentos que regerão a Política e o art. 4º propõe as diretrizes.

No art. 5º são definidas as atribuições da União, as quais serão implementadas pelo Ministério da Saúde, dentre elas destaca-se o Parágrafo Único que estabelece: *“os Ministérios das áreas de saúde, educação e comunicação devem elaborar proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, visando ao financiamento de programas nacionais e campanhas de conscientização compatíveis com a Política Nacional de Combate à Dengue”*.

O art. 7º franqueia acesso dos agentes públicos aos bens imóveis que apresentem risco potencial de propiciar a proliferação do mosquito transmissor das doenças, para fins de avaliação, mas garante que o agente deverá, se for o caso, fornecer elementos de identificação para conferência da veracidade das informações prestadas.

O art. 8º detalha o procedimento de notificação e aplicação de multas de descumprimento, em caso de constatação da existência de criadouros do mosquito em propriedades e prevê a aplicação de ao menos 50% desses recursos em programas de combate ao mosquito. O art. 9º estende a aplicação da multa do artigo anterior em caso de impedimento de acesso aos imóveis fiscalizados.

O art. 10º estabelece que os recursos necessários à execução da Política serão compartilhados pelos governo federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, de acordo com as competências e, deverão ser consignados nos respectivos orçamentos. O Art. 11 determina ao Poder Executivo à obrigação de regulamentar a Lei.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Seguridade Social e Família, que aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 1.861/2015, e a Emenda 1/2015 da CSSF, com substitutivo, nos termos do parecer do relator.

O projeto foi encaminhado a esta Comissão de Finanças e Tributação para exame de adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 54 do Regimento Interno desta Casa.

Aberto o prazo de emendas na Comissão de Finanças e Tributação no período de 04/02/2016 a 23/02/2016, foi apresentada uma emenda à proposta.

É o relatório.

II. VOTO

II.1 Da Adequação Financeira e Orçamentária

A matéria foi encaminhada a esta Comissão para exame de adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 54 do Regimento Interno desta Casa. Cabe-nos, portanto, para apreciar a conformidade da proposição com a legislação orçamentária, especialmente no tocante ao plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual, bem como com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

À luz do Plano Plurianual aprovado para 2016-2019¹ verifica-se que a medida proposta, bem como o substitutivo, embora não contemplados especificamente no rol das iniciativas aprovadas para o quadriênio, não apresentam incompatibilidade com as diretrizes, objetivos e metas traçadas para o período. Em especial, com o objetivo 0714 - *Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.*

Ressalta-se que diante do aumento no número de casos de dengue, febre Chikungunya e vírus Zika no país, configurando uma potencial emergência de saúde pública internacional, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº 712, de 29 de janeiro de 2016, convertida na Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016. A referida lei autoriza o ingresso forçado de agentes de combate a endemias em imóveis abandonados; permite dedução no Imposto de Renda de doações a projetos aprovados pelo Ministério da Saúde; e prevê auxílio financeiro a crianças com microcefalia.

Para dar atendimento às ações de combate à dengue, febre Chikungunya e vírus Zika, a Lei Orçamentária Anual para 2016 consignou recursos na ação orçamentária: 20YJ – Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, no montante de R\$ 828,11 milhões². Também foram alocados R\$ 29 milhões na ação 20XH - Realização de Ações de Cooperação do Exército, sob responsabilidade do Comando do Exército.

Da análise da matéria, ficou evidenciado que a adoção da medida proposta, embora possa eventualmente ensejar ajustes na distribuição dos recursos na área da saúde, não implicará necessariamente aumento dos gastos federais com ações e serviços públicos de saúde. Da mesma forma, a Emenda 01/2016, apresentada nesta Comissão tem por objetivo explicitar que o custeio das ações de saúde será compartilhado pelas três esferas de Governo, o que se coaduna com o disciplinado na Lei Orgânica da Saúde³.

Quanto à Emenda nº 01, de 2015, da CSSF (à fl. 08), que disciplina valor de multa em caso de não atendimento de notificação ou de reincidência, consideramos adequada por simplesmente regular fonte de financiamento própria para atribuições constantes na proposta.

¹ Lei nº 13.249 de 13/01/2016.

² Especificamente para Apoio às Ações de Combate e Erradicação do Aedes Aegypti foram alocados R\$ 500 milhões.

³ Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

De fato, ações de combate à dengue, febre Chikungunya e vírus Zika já são realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) não só por força de normas específicas como também por ser fundamental para reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, com foco no controle das doenças transmissíveis.

Dessa forma, recursos para custeio dessas ações já se encontram presentes na Lei Orçamentária Anual e, portanto, a proposta encontra-se compatível e adequada orçamentária e financeiramente.

II.1. Conclusão

Em face do exposto, **VOTAMOS** pela:

I - COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

- I.1 do Projeto de Lei nº 1.861, de 2015;**
- I.2 da Emenda nº 01, de 2015, da CSSF;**
- I.3 do Substitutivo** aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família; e
- I.4 da Emenda nº 01/2016** apresentada nesta Comissão de Finanças e Tributação.

Sala da Comissão, em de agosto de 2016.

Deputado HILDO ROCHA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1861/15, da Emenda nº 1/2015 da Comissão de Seguridade Social e Família, do Substitutivo da CSSF, e da Emenda nº 1/2016 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Hildo Rocha.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Simone Morgado - Presidente, Hildo Rocha - Vice-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Edmilson Rodrigues, Enio Verri, Fernando Monteiro, João Carlos Bacelar, José Guimarães, Júlio Cesar, Lelo Coimbra, Luiz Carlos Haully, Miro Teixeira, Rodrigo Martins, Ronaldo Benedet, Silvio Torres, Vicente Candido, Carlos Andrade, César Messias, Delegado Edson Moreira, Domingos Neto, Esperidião Amin, Evair Vieira de Melo, Félix Mendonça Júnior, Izalci Lucas, Julio Lopes, Lucas Vergilio, Pauderney Avelino, Soraya Santos, Valtenir Pereira e Vinicius Carvalho.

Sala da Comissão, em 9 de novembro de 2016.

Deputada SIMONE MORGADO
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
